

## MPF quer investigar mortes e cometidas na ditadura

O Ministério Público Federal em São Paulo pediu a abertura de investigação criminal contra autoridades supostamente responsáveis pelos assassinatos e seqüestros cometidos durante a Ditadura Militar (1964-1985). Os pedidos foram protocolados em três estados: São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Na Procuradoria de Uruguaiana (RS) e do Rio, foram solicitados pedidos para investigar a Operação Condor, que foi criada por regimes militares do Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai.

Em Uruguaiana, o pedido é relativo ao ítalo-argentino Lorenzo Ismael Viñas, que foi seqüestrado em 26 de julho de 1980. No Rio, os procuradores pedem a apuração do seqüestro do ítalo-argentino Horácio Domingo Campiglia e da argentina Monica Susana Pinus de Binstock, ocorrido em 13 de março de 1980, no aeroporto do Galeão.

Com base no que foi publicado na imprensa, os procuradores Marlon Alberto Weichert e Eugênia Augusta Gonzaga Fêvero afirmam que os envolvidos nos dois casos são o coronel Carlos Alberto Ponzi, então chefe da 2ª seção do Estado-Maior; o secretário de Segurança do RS, João Leivas Job; o ex-diretor da Divisão Central de Informações, Ântila Rohrsetzer; o ex-delegado Marco Aurélio da Silva Reis; o ex-superintendente da PF do Rio, Agnello de Araújo Britto; o ex-secretário de Segurança do Rio, Edmundo Murgel e o chefe do Estado Maior do 3º Exército, general Luiz Henrique Domingues.

Os procuradores lembram que as representações não implicam em acusação penal. Os pedidos são baseados nas notícias sobre a ordem de prisão decretada pela juíza italiana Luisanna Figliola, em dezembro de 2007, na qual foi determinada a prisão de 140 pessoas, entre os quais 11 brasileiros. O caso, que é investigado na Itália desde 1999, tenta solucionar o desaparecimento de cidadãos italianos desaparecidos durante a Operação Condor.

### Comandante Crioulo

Em São Paulo, a representação pede a apuração do homicídio de Luiz José Cunha, o comandante Crioulo, militante da Ação Libertadora Nacional (ALN). Os fatos ocorreram entre os dias 6 e 7 de novembro de 1971, durante diligências do DOI-CODI, órgão do Exército.

Segundo os procuradores, os autores do crime são: Carlos Alberto Brilhante Ustra, Sargento Miguel e Capitão Ney. A acusação foi feita por Fernando Casadei Salles, ex-presos político.

A versão oficial afirma que Cunha, ao ser abordado, reagiu a tiros. Ele tentou fugir roubando o carro de duas moças. Os procuradores afirmam que testemunhas relatam que Cunha foi atingido pelas costas, sem chance de defesa.

### Lei da Anistia

Os procuradores afirmam que as representações fazem parte de um conjunto de medidas adotadas



---

contra crimes cometidos contra a humanidade por autoridades da ditadura. Eugênia e Weichert entendem que a Lei da Anistia, de 1979, não protege os autores de crimes cometidos contra a humanidade. Eles também não são passíveis de prescrição.

**Autores:** Redação ConJur